

Qual é o rumo?

Nunca, como ontem, o Brasil das ruas foi tão diferente do Brasil dos gabinetes. Neste, o esforço para manter o sangue-frio e, naquele, a explosão do pânico sustentada nas lembranças de um passado recente e incentivada pela especulação cujo crime já pode ser configurado como de lesa-pátria.

No Brasil circunscrito aos limites da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios reinava uma preocupante perplexidade diante das notícias que chegavam a respeito do que se passava no Brasil real, coletivamente histérico com os boatos de que haveria confisco, moratória, feriado bancário, congelamento de preços, indexação, dolarização da economia. Contra isso, pouco podiam os operadores técnicos da crise além de fazer desmentidos tensos e dar a garantia de que nenhuma pirotecnia de natureza das que foram produzidas pelos governos José Sarney e Fernando Collor estava sendo gestada na equipe econômica.

"Não há a menor possibilidade de acontecer nada do que está sendo dito", assegurava o ministro da Fazenda, Pedro Malan, com a concordância de seu secretário-executivo, Pedro Parente, para quem o custo de qualquer dessas medidas ao país seria incalculável. "Pagariamos por isso anos a fio."

Olhando com certa frieza o dia de ontem, a conclusão a que se chega é que, se a população reage como foi ensinada pelo passado a reagir, os técnicos também agem com a disciplina contida com que foram treinados para agir. Foram, exatamente por essa peculiaridade, escolhidos pelo presidente da República para estarem onde estão.

Para personalizar, falemos especificamente do ministro Pedro Malan. Foi escolhido ministro da Fazenda por suas qualidades profissionais, mas também por suas características pessoais: ausência de pretensões na carreira política, perfil retraído, contenção a toda prova, não é nem jamais pretendeu ser um bamba da comunicação.

Esse serviço Fernando Henrique Cardoso sempre reservou para si. No início, disse que seria ele o ministro da Fazenda, bem como o articulador político. Agiu assim ao longo de quatro anos e, sem precisar dividir os bônus políticos da estabilização da moeda, conseguiu se manter em alta junto à população e criar mesmo a certeza de que fora dele não haveria solução. Tanto que foi reeleito.

Tudo deu certo. Até a hora em que começou a dar errado.

E nesta hora, que vivemos agora, de quem não dividiu os bônus, espera-se que não compartilhe também os ônus.

Na atual conjuntura, para o povo comum da rua é absolutamente irrelevante se o ministro da Fazenda é Pedro, Paulo ou João. E, por isso, é absolutamente inútil a decisão do governo de fazer com que o ministro Malan explique-se publicamente a cada instante, da mesma forma como é inútil cobrar dele, do presidente do Banco Central ou de qualquer outro técnico a missão de tranquilizar o país.

O presidente teve os bônus do Real quando tudo ia bem e, por isso, é sobre ele que agora recaem os ônus

Podem falar que, na rua, ninguém ouvirá. Pelo simples fato de que o simbolismo do Real, da estabilidade, da moeda forte, do país economicamente nos trilhos não está representado por nenhum deles. Que funcionam como pontes com os setores internos e externos da economia, mas jamais podem ser cobrados por uma tarefa que urge: a sinalização geral, para a massa ignara, perplexa e em polvorosa, de que existe governo neste país, de que o homem que acabou de ser reeleito de fato é alguém em que se possa confiar, que sabe o que está fazendo e, principalmente, que seja capaz de agir contra aqueles que denuncia com razão como criminosos. Mas que seguem perpetrando seus crimes ao sol.

Em resumo, é preciso que alguém, e esse alguém chama-se Fernando Henrique Cardoso, apresente-se para responder a um velho jargão da esquerda que hoje parece ser a pergunta presente em todas as mentes da nação: "Qual é o rumo, companheiro?"

Enquanto isso não acontecer, dificilmente a normalidade voltará a vigorar. Talvez o presidente, por uma questão de estilo, esteja querendo evitar manifestações espetaculares, dado que a confusão do momento é possível que ainda não indique com clareza a saída. É provável que esteja querendo evitar demagogias bastante comuns nessas ocasiões.

O problema dessa opção, se for verdadeira, é que expectativas não se pautam pela negativa muito menos pela defensiva. O que vale é o que se faz. O que não se faz, sejam quais foram os motivos, não acontece. E é nesse espaço vazio que se afundam credibilidades, desaparecem patrimônios políticos e surgem propostas parainstitucionais que começam de mansinho, vão tomando corpo e, sem que se saiba bem como nem por que, de repente ganham na população a força de uma solução ideal.

Esse filme já esteve em cartaz e é preciso lembrar que o Brasil, a despeito de todos os avanços democráticos que conseguiu em situações adversas, não é uma democracia em que as instituições estejam plenamente solidificadas na cabeça dos cidadãos.

Os partidos não existem, a sociedade não se sente parte do Estado, considera governos abstrações produtoras de benefícios ou malefícios. Aqui é elegante desdenhar da política, fazer pouco do Congresso, jogar com componentes irracionais como se nada gerasse conseqüências. É um país inorgânico, pouco dado a compromissos, que o dia de ontem mostrou que está psicologicamente à deriva.

Essa correção de rumo e de expectativas é que cabe a Fernando Henrique, e a ninguém mais, fazer.